



PATRIMÔNIO CULTURAL: RAÍZES DE UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Shirlei Alexandra Fetter

Resumo

O objetivo do presente estudo é discutir a Educação no Campo como patrimônio cultural e, sua colaboração ao incremento local. A temática ganha relevância pelos conceitos pontuados sobre a escola rural como patrimônio cultural, evidenciado suas características e a sua contribuição ao desenvolvimento local. A metodologia do estudo vem ao encontro de reflexões qualitativas sobre o conceito de escola do campo como valorização do Patrimônio Cultural Local. Os resultados encontrados baseiam-se nas relações que se apresentam entre Patrimônio Cultural e a realidade em que a escola encontra-se inserida, como cultura imaterial, manifestando seu comprometimento com aquilo que tem de particular dentro de seu contexto/âmbito local. As experiências educativas voltadas ao presente debate enaltecem a contribuição educacional de práticas culturais, exercitadas no campo que ressaltam o desenvolvimento local e a especialização sociocultural dos povos do campo.

Palavras-chave: Instituição de Ensino. Patrimônio Cultural. Desenvolvimento. Ruralidade.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente discussão parte, inicialmente, de reflexões realizadas no campo patrimonial cultural fazendo parte do percurso investigativo durante a produção do presente artigo. Partindo do interesse em se investigar práticas educativas no caminho da valorização das identidades culturais, compreendendo-se o patrimônio histórico material e imaterial, a partir das escolas de campo como percurso produtivo na discussão dos referidos aspectos.

Assegurados pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, que ampliam o conceito de patrimônio cultural ao confirmar a presença de bens culturais de origem material e imaterial (BRASIL, 1988), partimos de uma retrospectiva sobre o processo que define o patrimônio histórico cultural no Brasil e, suas possibilidades de ações que orientadas, subsidiam um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio cultural no âmbito das instituições escolares.

Segundo Tomaz (2010) tal trabalho se concretiza pela proposta da Educação Patrimonial, na perspectiva pedagógica que visa um processo de valorização, conhecimento e preservação cultural da identidade e dos valores locais. A fim de se apontar a função da escola nesta harmonização cultural, enfatiza-se a Educação do Campo como caminho de efetivação e desenvolvimento do trabalho com a Educação



cultural, uma vez que, a grandiosidade do tema acaba por não ser refletida. Isso acontece pelo desconhecimento e visões restritas sobre o assunto que ainda se mostra, em muitos aspectos, longe da articulação com os conteúdos significativos à realidade local, bem como com as vivências culturais dos alunos (MALTÊZ, 2010).

A Educação do Campo vem abrangendo um espaço político cada vez maior na sociedade contemporânea, como uma conquista dos movimentos sociais e, fomentadas pelas iniciativas governamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 ressalta aspectos que apontam a escola de campo inserida na comunidade local, favorecendo o desenvolvimento no sentido de considerar o campo como espaço voltado não só à economia, mas também como elemento fundamental para garantir qualidade de vida daqueles que vivem no meio rural (BRASIL, 1996).

Compreendemos que a escola do campo ao atuar pela qualidade, responsabilidade e pelo desenvolvimento do local onde se faz presente, faz uma ponte de ligação entre o sujeito e o ambiente, pois através da educação contextualizada resguarda aquilo que é cultural, isto é, conserva os valores próprios da cultura vivida pelos sujeitos do campo. Acreditamos que, ao proporcionar ações práticas dentro da realidade cultural do campo, os alunos entram em contato com algo concreto e não somente com conceitos teóricos típicos de uma educação bancária e descontextualizada. Dessa forma, afirma-se a possibilidade da escola de campo como trabalho de cunho cultural, elevando o nível de compreensão da realidade e desenvolvendo a localidade através da contextualização da prática e do fazer educativo.

2 PATRIMÔNIO LOCAL E ESCOLA DE CAMPO

Faz-se necessário um esboço histórico sobre a concepção de Patrimônio, para entender o que está assim proposto pelo desenvolvimento deste trabalho. Segundo Tomaz (2010), o conceito de Patrimônio, refere-se, excepcionalmente ao legado paterno, isto é, aos bens transmitidos de uma geração a outra. O autor também define o Patrimônio como bens que perpassam a sociedade atribuindo significado à história vivenciada pelos ancestrais de cada povo. Segundo Maria (2003), Patrimônio Histórico: “Pode-se conceituar como as diferentes maneiras de viver de um povo, transmitidas de geração a geração recebidas por tradição”. (MAIA, 2003, p. 39)



Logo, torna-se importante observar que, em seu sentido peculiar, o conceito de Patrimônio inclui não apenas os pertences materiais, mas também os imateriais de um povo. Compreende desde construções, acervos destinados à consultas e visitas; documentos e objetos, bem como os valores, costumes e tradição de um determinado grupo social. Perante a necessidade de fortalecer a história e a tradição dos povos, afirma-se o patrimônio cultural como a identidade de um povo. As definições que caracterizam o patrimônio cultural apresentam tendências mais específicas e abrangentes a partir de dos anos 80, passando a tomar para si a visão mais significativa sobre cultura. Esta perspectiva vem ao encontro de políticas culturais de preservação e olhar atento e respeitoso ao Patrimônio Cultural (TOMAZ, 2010).

Ao falar em patrimônio cultural, busca-se entender a abrangência do termo a partir da Constituição Federal de 1988. O Artigo 216 da referida constituição, dispõe sobre este apontando que, hoje suas características se referem tanto ao ambiente cultural quanto ao ambiente natural (BRASIL, 1988). Assim sendo, duas linhas sustentarão este texto: as questões de valores culturais de referências à comunidade e a questão que se constitui sobre o que chamamos de educação na perspectiva de desenvolvimento local.

Ao se constituir o processo de preservação do patrimônio cultural busca-se a preservação do abstrato enquanto identidade constituinte de uma nação (TOMAZ, 2010). Entretanto, há controvérsias sobre como se reedificar o processo histórico, ou ainda, qual o problema do lugar e o significado de culturas populares no contexto da cultura nacional ou ainda daquilo que se torna oficial dentro do estado. Conseqüentemente, a constituição do Patrimônio Cultural representa diferentes características, enfatizadas por diferentes políticas públicas. Ao transpor essas identidades à comunidade, ela o define como aquilo que a identifica e que respeita.

Segundo Peralta e Anico (2006), patrimônio cultural se constitui como identidade por suas variadas relações com a sociedade. Sua coletividade está na construção homogênea da identidade social e cultural e, pela concretização perante o grupo. Como vimos, patrimônio cultural é um conjunto material e imaterial, que pertence ao interesse coletivo de uma comunidade. Através dele se recorda o passado com manifestações (re) memorativas sobre os acontecimentos mais importantes, com efeito, de relação ao conceito de memória social, autenticando a identidade de um



grupo, expressando a identidade histórica e as vivências de um povo pela legitimação social e política do que é ou não patrimônio (MAIA, 2003).

Baseado nesse olhar é que se pretende pautar as ações deste trabalho, valorizando a cultura regional e mostrando a necessidade de incorporar patrimônios que possam ser reconhecidos e trabalhados desde a escola enquanto instituição educativa e social, de transmissão e fomentação da cultura. Para tanto, faz-se necessário apresentar à discussão sobre o conceito de patrimônio, sobretudo a ênfase em Educação do Campo¹. A educação do campo vem contemplar o ensino voltado à realidade de seus alunos, onde o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequados às necessidades e interesses dos alunos de zona rural, os quais necessitam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança que vive no campo e seu modo de vida (ARROYO, 2004).

Desta forma, trabalhar os conceitos abordados por conteúdos e disciplinas como comumente é feito nas escolas, limita-os pelas normas oficiais estabelecidas. O conceito sobre o patrimônio cultural local, que valoriza as questões sociais, está além de ser um conteúdo fechado, fragmentado e descontextualizado (TOMAZ, 2010). O fato de que somente os bens materiais são valorizados repercute na ocorrência imaterial e natural dos objetos patrimoniais, tais como os monumentos, sítios e centros históricos. Neste caso, patrimônios imateriais e naturais são considerados recursos educacionais imprescindíveis para a escola, pois permitem ultrapassar os limites disciplinares sobre o aprendizado, enfocando os conteúdos que fazem parte da realidade significativa que serão considerados importantes para a vida dos alunos, harmonizando e contribuindo para o crescimento do mesmo desde o local onde vive (VARINE, 2013).

Compreende-se, aqui, a importância do patrimônio da humanidade, porque nele se reconhece que em uma determinada cidade ou região há tanta riqueza cultural preservada. Os conceitos de patrimônio cultural acrescentam o meio ambiente, aqui denominado meio ambiente cultural, que pode afirmar-se como as - "riquezas" - culturais de um local. Não se pode excluir o meio ambiente da abrangência do

¹Educação do Campo é alicerçada no Movimento Camponês, na perspectiva da construção de uma educação humana e emancipatória, articulada à vida, ao trabalho, à cultura, e aos saberes das práticas sociais dos camponeses. Ela promove a formação integral do indivíduo, de forma que valorize o local e as vivências ali desenvolvidas, considerando seus saberes como conhecimento adquirido historicamente (CHAVES E FOSCHIERA, p. 78, 2014).



patrimônio cultural, sendo esse considerado como uma derivação dos estudos e conhecido como meio ambiente cultural de vivências e do desenvolvimento comunitário local (VARINE, 2013).

A escola que se pretende como espaço de transformação, tem por desafio ir à busca da prática educativa manifesta na e pela educação do campo. Ao analisar a prática educativa do campo, encontramos um referencial simbólico e prático imprescindível para a qualificação da educação com um todo; uma educação contextualizada e comprometida com a realidade à qual pretende qualificar e transformar.

Nesta perspectiva de educação voltada à cultura local do campo, encontra-se uma natureza imaterial que diz respeito às práticas de domínios sociais que se manifestam em saberes e expressões que fazem parte da vida do campo. A Organização das Nações Unidas - UNESCO - para a Educação, a Ciência e a Cultura, define como patrimônio imaterial as práticas representativas, que expressam conhecimentos que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Na década de 1990 são iniciados debates pelos movimentos sociais organizados sobre Educação do Campo, enfatizando a importância e a função da escola do campo para a sociedade. Esse debate foi importante para buscar resultados de uma escola que atendesse às ambições de qualificação da realidade dos povos que vivem no campo. Com os movimentos organizados passou-se a solicitar novas políticas públicas que garantissem o ingresso à educação própria, bem como uma estrutura curricular própria para escolas do campo, condizentes com uma proposta educacional que tenha como princípios os valores próprios da cultura do campo. (BLAKA, 2010).

Diante do processo de discussão que surgiram ao longo dos anos sobre a educação do campo, priorizou-se a valorização dos seus saberes enquanto patrimônio cultural, na perspectiva sustentável local, entrelaçando o fazer pedagógico às raízes do patrimônio cultural. Os conhecimentos produzidos relacionam-se com o incremento da escola participativa na comunidade e nas relações com outras instituições de ensino, valorizando os saberes do campo que fortalecem e aproximam os sujeitos da comunidade.



A escola do campo recebe sujeitos que se caracterizam pelo trabalho rural, desde onde, se valoriza os saberes da vida no campo no ambiente escolar e, prioriza-se à aprendizagem significativa para a comunidade do campo (ARROYO, 2004).

Sua definição enquanto instituição - situada no espaço rural - é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como identidade e referência ao lugar à que pertence. Por isso, seu currículo é conciliável aos saberes e às necessidades da cultura local. Entretanto, a maior parte das escolas rurais só oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental e, quanto a etapa seguinte e o Ensino Médio são despercebidos dos espaços rurais. Por estas razões, os alunos que residem na zona rural e objetivam a conclusão do Ensino Médio precisam se deslocar até a zona urbana para terem acesso às instituições que ofertam esta modalidade de ensino. Daí a necessidade de fortalecer e expandir a educação do campo em todos os níveis.

Os princípios que norteiam a Educação do Campo demonstram alguns aspectos, ainda distante deles (CHAVES E FOSCHIERA, 2014). Precisa-se empreender um processo amplo e profundo de reflexão sobre como a Educação do Campo pode desenvolver um novo paradigma que assegure a permanência das pessoas no campo, comprometidas com as atividades e o desenvolvimento local.

É importante frisar que, não pode-se cair no risco de criar uma escola no campo a partir do julgamento urbano; uma escola pensada desde o gabinete para os cidadãos que habitam esta localidade. É necessário que a escola do campo seja pensada pelos sujeitos que ali vivem, para que efetivamente sintam-se pertencentes a este ambiente, como protagonistas de sua cultura². A educação precisa ofertar a capacidade de inferir as particularidades, entre os modos de vida, os espaços e a vivência destes sujeitos da cidade e do campo (CHAVES E FOSCHIERA, 2014).

Para o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - os saberes são considerados significativos quando são gerados no cotidiano das pessoas

²A educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. [...] não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria (CALDART, 2000, p. 26).



comuns, das empresas e das comunidades, sendo geralmente disponíveis em ambientes não formais. Dessa forma, fortalecem desenvolvimento das pessoas, enquanto requisito essencial para o desenvolvimento de toda a comunidade. Com efeito, estendendo-se para fora dos muros da escola, a educação faz com que todos se sintam como protagonistas das ações que envolvem as raízes de preservação do patrimônio cultural com destino ao desenvolvimento local sustentável (PERALTA e ANICO, 2006).

Segundo Galdart (2002) na educação do campo é preciso refletir sobre como se ajuda a construir, desde a infância, uma visão de mundo crítica e histórica, como se aprende e como se ensina nas diferentes fases da vida a olhar para a realidade enxergando seu movimento, sua historicidade e as relações que existem entre uma coisa e outra, como se aprende e como se ensina a tomar posição diante das questões do seu tempo, como se aprendem e como se ensinam valores sociais e como se educam valores humanistas, como se educa o pensar por conta própria e o dizer a sua palavra e como se respeita uma organização coletiva. Atesta Peralta e Anico (2006) que a escola de campo precisa não deixar desflorar o cultivo de suas identidades culturais.

Uma das funções da escola de campo é trabalhar a identidade cultural, no sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma - autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica - identidade campesina de trabalhador, identidade de gênero, de cultura, de povo, de nação (GALDART, 2000). Compreende-se que este é um aprendizado humano essencial, assumir a identidade pessoal, social e cultural. Educação do campo com raízes é, considerada por Arroyo (2004) como a constituição e o fortalecimento das identidades culturais, isto é, valores, modo de vida e memória. Em consequência, a escola do campo será tanto mais significativo se ela estiver em sintonia com os processos e as realidades vivenciados pelos seus educandos - se ela mesma consegue constituir um processo social - cumprindo a tarefa da socialização de que tratamos antes - capaz de ajudar a construir e fortalecer identidades.

Pensando sobre a intencionalidade política e pedagógica da educação do campo, a escola ao trabalhar com ênfase no cultivo de identidades, memória e resistência cultural (MALTÊZ, 2010). A mesma tem como finalidade - que não pode ser subestimado - na formação de seus educandos importância da educação do campo, já



que em comunidades camponesas existe o traço cultural que a escola assume, além de todo um trabalho ligado à memória, à cultura, aos valores culturais locais. A escola do campo ao enraizar as pessoas em sua cultura, recriada a interação com valores locais de sua comunidade, através da formação humana ao trabalhar com raízes e vínculos de sua realidade. Isto quer dizer, precisa-se trabalhar suas raízes culturais a partir de sua intencionalidade local de acordo padrões culturais que se manifestam em sua realidade (SOUZA, 2006).

3 O DESENVOLVIMENTO DA LOCALIDADE NA PERSPECTIVA PATRIMONIAL

Na atualidade pensar em desenvolvimento regional e local é pensar num contexto geral, como estratégias para a civilização social e convivências culturais que estimulem a propagação local (FURTADO, 2000). Pensar neste cenário de propagação é pensar num processo de abertura econômico-política local. Visto que, a região desenvolvida tende a apresentar maiores possibilidades, no entendimento de Boisier (1996) este processo como uma organização estruturada entre a divisão de regiões e localidades, associa as forças que se mantêm centralizadas pelo poder econômico e da política local.

Promover o progresso local não significa voltar às costas para os processos mais amplos, ao contrário, significa utilizar as diversas dimensões territoriais, entre elas à educação do e no campo, de acordo com os interesses da comunidade (CHAVES E FOSCHIERA, 2014). Sobretudo, as iniciativas locais compreendem como natural, que da educação se espere não só competências gerais, mas as compreensões de como esses entendimentos se materializam em possibilidades de ações de intervenção no espaço e contexto local. Considerar a educação como uma necessidade de transformação local, é adquirir os experimentos para transformar as estruturas culturais, afetivas e cognitivas em posturas de comprometimento com a realidade local (MALTÊZ, 2010).

O desenvolvimento cultural enquanto qualificação do educando e a sua persistência no campo apresentam-se à sociedade como espaço para o desenvolvimento do conhecimento e da consciência, da convivência, moradia, cultura,



produtividade. Entretanto, é preciso ter cuidado para que esse protagonismo não seja desrespeitado e manipulado socialmente, político e economicamente por políticas públicas elaboradas de cima para baixo, dentro de gabinetes, direcionadas para interesses neoliberais e do mercado globalizado.

Observa-se que os conhecimentos sobre o patrimônio cultural em relação à comunidade que o acolhe são, por vezes, descuidado na própria Escola. Neste caso, quando na instituição não se impõe a importância e a necessidade de valorização do patrimônio cultural, acaba perdendo a oportunidade de cumprir com o seu compromisso e função social. Encontra-se na escola o lugar mais apropriado para se refletir sobre assuntos de interesses coletivos, que objetivam o desenvolvimento local, por meio do aprofundamento dos conhecimentos, partindo dos contextos socioculturais e ambientais da sua realidade (TOMAZ, 2010).

As Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo reconhecem o papel da educação para o desenvolvimento rural dos estados e municípios reafirmando, como prioridade a Educação do Campo, como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento do meio rural (BRASIL, 2002). O desenvolvimento é entendido como a possibilidade de qualificar o solo, a paisagem, a memória e o modo de vida dos habitantes, bem como contribuir para as construções, a produção de bens e serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas. São as pessoas que dão essência, o exercem, moram nele, ou em seus arredores ou, são as pessoas para as quais esse patrimônio tem significado direto, por estar intrínseco às suas vidas (VARINE, 2013).

Ao valorizar as singularidades históricas e culturais da localidade, através da educação, através do resgate de memórias que potencializam o sentimento pertencimento, os representantes locais podem produzir princípios impulsionadores de geração de trabalho e renda desde localidade e, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural local passa a ser reconhecido como elemento estruturante da identidade própria e local. Em consequência, o patrimônio cultural passa a ser visto como um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias de desenvolvimento (CARVALHO, 2003).

A ligação da educação desde escola de campo e a conservação do patrimônio cultural são fundamentais para a formação do indivíduo. A escola como local de conhecimento torna-se indispensável para a concretização da valorização do



conhecimento cultural do aluno, pois ela permite socializar a valorização dos elementos que compõem este patrimônio cultural. Nesse sentido, compreender o valor da identidade e do conhecimento da história, bem como a preservação do patrimônio torna-se um fator importante na formação escolar visando o desenvolvimento local (DIAS e MACHADO, 2009). Daí a necessidade de pautar a pedagogia escolar para a Educação Patrimonial.

O IPHAN entende como Educação Patrimonial os processos educativos formais ou não-formais que têm como objeto de estudo patrimônio cultural material ou imaterial, com a finalidade de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. A escola de campo enquanto patrimônio histórico oferece oportunidades de qualificação da educação patrimonial. Nesse sentido, falar na necessidade de preservar os valores da cultura local implica projetar o futuro e o desenvolvimento local passando por uma ressignificação do presente (HORTA *et al*, 1994).

Pensar na educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculado à compreensão e a necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das atividades de seu meio, que sejam capazes de converter seu entorno, de produzir dinâmicas construtivas e produtivas (CARVALHO, 2003). Assim, a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na riqueza de seus saberes próprios, gerados e produzidos desde o meio rural.

Promover o desenvolvimento local faz menção à capacidade de integração da comunidade com a escola. Através da fomentação das relações de complementaridade a comunidade e a escola podem melhor atender as necessidades sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais para o seu próprio desenvolvimento. O desenvolvimento da comunidade deve ser pensado a partir da riqueza que a localidade possui no que diz respeito à cultura herdada, às atividades que prevalecem na região, as possibilidades existentes, e, nesse sentido, através da escola buscar os recursos necessários para qualificar as relações e os recursos disponíveis (DIAS e MACHADO, 2009).

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar. Patrimônio cultural não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói e forma as pessoas ao mesmo tempo em que é moldado por elas. A compreensão profunda da realidade por



parte do indivíduo faz com que ele passe a dar valor a sua história e em consequência, à sua memória. Despertando sua consciência sobre si, nessa perspectiva, o patrimônio cultural local se encobre de grande notoriedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas reflexões considera-se a importância de preservar, os aspectos que engrandecem a presença da escola no campo enquanto fomentadora do patrimônio cultural do campo. Tendo em vista a Educação do Campo como potencializadora da articulação e (re) construção da cultura rural, considerando os aspectos de vida, os significados e saberes das pessoas que vivem nesta localidade, buscando valorizar suas relações culturais e econômicas, evidencia-se a sua importância na construção de valores que sejam significativos à humanidade, tais como: solidariedade, democracia, justiça e transformação social da sua realidade.

Procurando aprofundar o debate em questão, o estudo apresentou algumas questões educacionais que consideram propostas de educação do campo condizentes com a preservação de patrimônio cultural que enaltecem o desenvolvimento da localidade. Entretanto, para preservar o patrimônio serão necessárias ações sólidas e eficazes entre escola e vida real da comunidade escolar, de forma que é primordial que cada indivíduo tenha consciência da importância do patrimônio cultural herdado e, ao mesmo tempo, se comprometa em qualificá-lo.

Para a garantia dessas ações é fundamental a ampliação de trabalhos de pesquisa envolvendo a realidade educacional do campo patrimonial, desde onde a comunidade poderá ter acesso ao conhecimento do seu passado, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar as suas raízes.

Preocupar-se com os bens patrimoniais e culturais é uma questão essencial para a qualificação da sociedade como um todo. Apesar de a legislação brasileira ser bastante ampla e de boa qualidade, ainda não se efetiva na prática da forma como se faz necessário, e, até que isso ocorra, ainda será comum a perda de elementos culturais praticados em função dessa ineficiência legislativa.

Entender o patrimônio como um bem, não só de interesse público, mas no intuito de mobilizar a comunidade para a necessidade de preservá-lo e qualificá-lo através da educação e da prática cidadã é fundamental para a qualificação da



comunidade humana. Pois, o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente cultural e natural ao qual elas permanecem.

O patrimônio imaterial é fundamental à comunidade que o produziu e o reproduz. Se a comunidade souber reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural no seu entorno, terá dado um gigantesco passo para garantir o bem-estar social. Para isso é imprescindível que, desde a escola, se promovam ações e atividades que qualifiquem o desenvolvimento, em específico da região e da localidade, objetivando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a garantia do exercício da memória e da identidade regional e local.

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração - isto tem a ver, especialmente, com a educação de valores culturais - a educação do campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais, buscando emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como a integração das novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas e humanas.

O vínculo com as matrizes de trabalho e cultura nos remete a pensar em outro traço muito importante para a educação do campo, neste sentido o trabalho e a cultura são produções e expressões necessariamente coletivas e não individuais. Raiz cultural, que inclui o vínculo com determinados tipos de processos produtivos, significa pertença a um grupo, identificação coletiva. Compreender o lugar da escola na educação do campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações.

Em síntese, considerar o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente de sua realidade. Suas implicações se apresentam pela implicação coerente entre a geração presente e a futura, e neste aspecto, o fator ambiente local é quem assume fundamental importância. O aspecto mais relevante do



desenvolvimento local é aquele que implica sua articulação entre diversos atores, sejam a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e públicas (entre elas a escola), sendo que, cada um desses atores, têm papel fundamental no fortalecimento do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M.G, CALDART, R.S., MOLINA, M.C (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLAKA, Rosimari de Fátima Cubas. **Avanços e desafios no desenvolvimento da qualidade do ensino na educação do campo de Canoinhas, SC**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado/UnC. Canoinhas, SC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Brasília/DF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992 Acesso em: 22 out. 2016.

BOISIER, Sergio. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, jun. 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Roseli Salete. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CHAVES, Kênia Matos da Silva; FOSCHIERA, Atamis Antonio. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA, CASA FAMILIAR RURAL E ESCOLA ITINERANTE. **Revista Pegada** – vol. 15, n.2, p.76-95, dez. 2014.

CARVALHO, Paulo. Patrimônio e (re) descoberta dos territórios rurais. **Boletim Goiano de Geografia**. V.23(2), p. 173- 196, 2003.



DIAS, Reinaldo; MACHADO, Gilmara de Cássia. Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local. **Revista Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, out.-nov.-dez./2009, p.1-11.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 19/10/2016.

IPHAN. Patrimônio natural do Brasil: Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: 16 out. 2016.

MAIA, Felícia Assmar. DIREITO À MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL E O PODER ECONÔMICO. **Movendo Ideias**, Belém, v8, n.13, p.39-42, jun. 2003.

MALTÊZ, Camila Rodrigues. *Et al.* Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010.

PERALTA, Elsa e ANICO, Marta. (orgs). **Patrimônios e Identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras, Celta 2006.

SOUZA, Maria. Antônia. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TOMAZ, Paulo Cesar. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 7, nº 2, Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 12 out. 2016.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.